



Foto EBN-Telefoto Estado

Antes de falar à Nação, Sarney discute as medidas com o conselho político do governo

Funaro: agora haverá equilíbrio orçamentário

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, disse ontem, após o envio do "pacote" de medidas governamentais para o ajustamento da economia, que elas "serão suficientes para recolocar o Brasil no equilíbrio orçamentário e não termos que, todos os anos, por causa do endividamento interno, por causa dos desajustes das finanças nacionais, termos que propor novamente à sociedade aumento de impostos. Eu espero que seja o último do governo Sarney".

A entrevista do ministro Funaro foi concedida momentos depois que o presidente José Sarney assinou projetos de lei enviando ao Congresso propostas nas áreas fiscal, tributária, social e um programa de privatização de empresas estatais. "Este ano nós vamos fechar o orçamento com um déficit de 2,7 a 2,8% do PIB. Com estas medidas, calculamos que vamos chegar próximos de 0,5% para o ano de 1986."

DÍVIDA INTERNA

Funaro explicou que a redução baseia, em primeiro lugar, na crescente diminuição dos juros, permitindo uma economia de Cr\$ 35 trilhões na administração da dívida interna. As medidas de austeridade do governo permitirão uma economia adicional de Cr\$ 8 trilhões, o que soma Cr\$ 43 trilhões. As medidas fiscais, a nível de 1985, representam cerca de Cr\$ 20 trilhões da antecipação, o que significa para o ano que vem Cr\$ 50 trilhões, imaginando-se uma inflação de 160%.

"Com esses dados, nós estamos fazendo, também o programa de financiamento dos Estados, apenas estipulando que o realanding, que é o financiamento em moeda estrangeira, fique apenas para a rolagem das dívidas estaduais, porque há um aumento importante nessa arrecada-

ção, que todo o Imposto de Renda antecipado e arrecadado anteriormente vai beneficiar muito aos Estados e municípios. E nós achamos que, com essa arrecadação maior pelos Estados e municípios, isto vai facilitar os investimentos nesses Estados", disse Funaro.

PROJEÇÃO

Somando todos os números citados anteriormente, ele chega à conclusão de que em 1986 o Brasil vai ter um déficit de apenas 0,5% do PIB, o que considera um passo muito importante para combater a inflação, "e para que tenhamos definitivamente orçamentos em ordem". Ele afirmou: "Acho impossível continuarmos como estávamos antes, crescendo o endividamento interno na base em que estávamos crescendo (60% neste ano) e com os juros altíssimos do serviço da dívida. Então nos parece que, por exemplo, a queda de juros representa igual parcela, como se fossem mandadas embora 17% das pessoas que trabalham no governo".

SALÁRIOS

O ministro não manifesta preocupação em que o aumento real dos salários, com o fim do recolhimento na fonte do Imposto de Renda, acabe por provocar um surto inflacionário. "Eu prefiro conviver com esse problema de aumento real de salários porque tenho certeza absoluta que nós, com todas as reuniões que tivemos com os líderes de empresários e trabalhadores, temos que, a partir de já, adotar uma posição de acertarmos um pouco, através de um entendimento nacional, as bases para que não seja perturbado o crescimento desse País".

CÂMBIO

Dilson Funaro assegurou que as taxas de câmbio serão corrigidas exatamente pela taxa de inflação, e defendeu a mudança de critérios pa-

ra medir a inflação do mês, que deixa de ser pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas e passa a ser avaliada pelo Índice Nacional de Preços Ampliado, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "O que nós estamos fazendo é corrigir uma grande distorção para que se tenha um índice único neste País. É impossível você ter um país que trabalhe com duas indexações diferentes. Uma remunerando o assalariado, e outra remunerando o capital. E nós estamos corrigindo exatamente isto neste momento. A inflação do ano vai ser corrigida pela correção monetária, que até agora foi pelo IGP, e nos dois meses finais ou no mês final será pelo INPA".

GASTOS

Funaro não acha pequena a contribuição do governo (Cr\$ 8 trilhões de corte nos gastos) para a redução do déficit público, argumentando que o governo assinou decreto prorrogando a decisão de equilibrar o orçamento das empresas estatais, acrescentando que a concessão de aposentadoria espontânea aos dez anos de serviço e de licenças de dois a cinco anos, para que os funcionários tentem emprego na iniciativa privada, já provocaram uma economia de despesa expressiva para o erário público.

TABELA DO IR

Por fim, o ministro da Fazenda explicou por que não mexeu na tabela progressiva do Imposto de Renda: "Achamos que ela faz o imposto progressivo. Esse imposto tinha uma influência importante no cálculo do imposto, porque a renda não era corrigida e o imposto pago na fonte era corrigido, o que dá uma distorção final. Hoje, nós estamos fazendo praticamente em base corrente e o excesso vai ser corrigido — renda e imposto. Portanto, nós estamos corrigindo essa distorção da tabela".